



Fome Zero

Abrace essa idéia Contribua para erradicar a fome Seja voluntário e faça doações

Visite o site www.adb.org.br

Escreva adb.mre.gov.br

Boletim da ADB entrevista os ministros da Defesa e Previdência

O presente boletim, sem descurar a reforma da Previdência, tema de maior relevância politico-administrativa na atualidade, semelha-nos bastante rico em variadas matérias, capazes de prender o interesse dos associados de todas as hierarquias da carreira. Primeiramente, e sem falsa modéstia, contamos com entrevistas de dois ministros de Estado, o da Previdência e o da Defesa, fato bastante raro, senão único, em uma publicação de uma entidade representativa de servidores federais. Gratíssimo aos ministros Berzoini e Viegas.

De interesse para todos os diplomatas e, em especial, para os recém-ingressados na carreira, relembramos como o espírito público e o profundo critério de justiça social de dois jovens terceiros secretários, o embaixador Sérgio Watson e o saudoso embaixador Amaury Bier, iniciaram, em 1958, o processo de abertura do Instituto Rio Branco à sociedade brasileira. Essa tendência, culminada, agora, com a ação afirmativa das bolsas de estudo a 25 afro-brasileiros e, mais modestamente, da própria ADB, que espera poder contemplar, com uma bolsa de igual valor à da nossa Academia, um candidato capacitado e de modestos recursos financeiros.

Procurando atender ao interesse dos colegas no exterior que possam não dispor do tempo suficiente para acompanhar diariamente, via Internet, as negociações da reforma previdenciária, o presente número apresenta, sob forma de reportagem, um preciso resumo das marchas e contramarchas desse controvertido e complexo processo.

Dois grandes nomes da Casa, os embaixadores Luiz Martins de Souza Dantas e Wladimir do Amaral Murtinho são lembrados, em matérias assinadas por colegas, pelo muito que fizeram, em épocas distintas, na defesa dos direitos humanos e na preservação do patrimônio humano e artístico do Itamaraty.

Ainda sobre a Reforma da Previdência, publicamos dois artigos, do embaixador Sergio Bath e do ministro do Supremo Tribunal Militar (STM) Flávio Bierrenbach, com os quais concordo plenamente e cuja leitura recomendo aos associados. Também sobre esse tema, salientaria que, após examinar a longa exposição de motivos dos ministros Ricardo Berzoini e José Dirceu ao presidente Lula, comentei com colegas da Diretoria que muitos parágrafos do documento não se aplicavam à carreira diplomática. Supus, naquela oportunidade, que essa situação certamente levaria a uma fórmula de negociação, aplicável aos atuais funcionários ainda sem direito adquirido, consubstanciada no aumento de certos requisitos que a imensa maioria dos diplomatas já cumpre normalmente.

Mesmo que se chegue a essa fórmula de compromisso que atenderia aos atuais funcionários, creio que a ADB deve prosseguir na luta pelos direitos dos futuros diplomatas, a fim de que fique patente que defendemos sempre a Instituição, e não somente vantagens financeiras.

Entrelinhas

Nova Diretoria da ADB. Convênios com locadoras de veículos, livraria e consórcios de autos e imóveis. Fafalecimento dos embaixadores Alfredo Carlos de Oliveira Soares, Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva e Luis Fernando Ligiéro. Tome nota de todos esses assuntos na seção Entrelinhas.



Memórias do Itamaraty

A reportagem sobre o processo de democratização do Instituto Rio Branco (IRBr) aborda desde as mudanças no Curso de Preparação da Carreira de Diplomata,propostas pelo embaixador Sérgio Watson (foto), até as recentes ações promovidas pelo diretor do IRBr, embaixador João Almino.



Além do Itamaraty

página 7

O ministro da Defesa, embaixador José Viegas, concede entrevista exclusiva ao Boletim da ADB. Primeiro diplomata que exerce a chesia do Ministério da Defesa, ele fala da participação das Forças Armadas no Programa Fome Zero, da vulnerabilidade de nossas fronteiras, dos orçamentos militares, e avalia ainda, o significado da eleição do presidente Lula.



página 13

Ensaio Acadêmico

página 16

O conselheiro Paulo Roberto França pega o gancho do livro "Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo", de Fábio Koifman, para refletir sobre o Itamaraty, a história do Brasil e o papel dos arquivos.



página 10

Novos Tempos

A assistência prestada pelo Itamaraty aos presos e detidos brasileiros no exterior é o tema do artigo do secretário Pedro Frederico de Figueiredo Garcia. Ele fornece os números e o perfil das pessoas que se encontram nessa situação, analisa a natureza dos crimes cometidos e aponta as limitações do trabalho de assistência consular.



Especial

A Reforma da Previdência é o tema central dessa edição. A revista apresenta uma reportagem sobre o conteúdo e as reações contra o projeto do governo, reproduz um quadro do DIAP que mostra as mudanças das regras previdenciárias para os atuais e futuros servidores e publica uma entrevista exclusiva com o ministro da Previdência Ricardo Berzoini.

Índice



Ponto de Vista

página 25

O artigo do embaixador Sérgio Bath aponta as sucessivas mudanças no sistema da Previdência Social no País e analisa o projeto do governo federal que muda o Regime de Previdência dos Servidores Públicos.

página 27

Internas

página 28

A ADB cria a Bolsa Secretário Celso Ortega Terra para estudantes carentes. Veja as informações sobre os critérios, o valor e as inscrições para os interessados.

Galeria



A contribuição do embaixador Wladimir Murtinho para o patrimônio humano e artístico do Itamaraty é analisada no artigo da conselheira Maria Sílvia Barbin Laurindo.

página 30

Prata da Casa





A seção Prata da Casa traz as resenhas das obras "Proteção do patrimônio da Unesco - ações e significados", do conselheiro João Batista Lanari Bo e "Da terceira idade no serviço público - um pequeno dicionário", do embaixador aposentado Ayrton Gil Dieguez.

página 31

Serviços

A Diretoria comemora a primeira vitória da Associação dos Diplomatas Brasileiros na Justiça Federal e apresenta um balanço das ações judiciais que se encontram em andamento.

Arquivo ADB



Ponto de Vista

página 33

O ex-deputado federal e atual ministro do Supremo Tribunal Militar (STM) Flávio Bierrenbach entra no debate sobre a Reforma da Previdência e denuncia o que considera "mais um golpe contra o funcionário público" brasileiro.

Kubitschek Plaza

O convênio da Associação dos Diplomatas Braileiros (ADB) com o Kubitschek Plaza Hotel vem ganhando grande aceitação entre os associados. A Associação adquiriu 50 diárias em agosto de 2002 e, até junho deste ano, 23 associados fizeram reservas. A Secretaria da Associação informa que ainda existem 27 diárias disponíveis pelo

valor de R\$ 166,50.

Regent Park

O Hotel Regent Park faz parte da rede de convênios da Associação desde novembro do ano passado. O hotel está localizado na região dos Jardins, em São Paulo, e os diplomatas pagam uma diária, com desconto, de R\$ 120,00. Foram utilizadas 20 diárias, de um total de 30 que a ADB adquiriu para os seus associados.

Consórcios

A Saga Administradora de Consórcios está oferecendo desconto de 10% sobre a venda de qualquer veículo novo para os associados da ADB. A nego-

ciação foi concluída em junho deste ano pela Secretaria da Associação. Os consórcios firmados para a aquisição de carros e de imóveis para diplomatas e assistentes de chancelaria também estão oferecendo a menor taxa de administração do mercado de Brasília.

Livraria Leitura

A Livraria Leitura, localizada no shopping Pier 21, em Brasília, assinou convênio com a ADB no início de junho. Os livros têm um desconto de 5% nos pagamentos em dinheiro ou cheque à vista, com exceção para as obras didáticas e os livros em promoção.

Renovação

Tem sangue novo na ADB. As eleicões realizadas em fevereiro promoveram uma grande renovação na Diretoria da Associação. A conselheira Ana Elisa de Magalhães foi eleita para a Diretoria de Administração e Finanças, o embaixador Hélcio Tavares é o novo diretor jurídico e a secretária Fernanda Lamego assumiu a Diretoria de Comunicação. A nova formação também conta com a participação dos secretários Milton Rondó, na Diretoria de Assuntos Institucionais, e César Bonamigo, na Diretoria de Convênios. O embaixador Luiz Vilarinho continua na Presidência da ADB e a conselheira Maria Sílvia Laurindo foi reconduzida para a Diretoria Cultural. Foram eleitos, ainda, como suplentes, os secretários André Luiz Costa, Regina Célia Bitencourt e Eduardo Pereira e Ferreira. A renovação também atingiu o Conselho Fiscal, que conta com a participação do conselheiro Igor Kipman e dos embaixadores Sérgio Damasceno e Hélcio Tavares.

Falecimentos

Os embaixadores Alfredo Carlos de Oliveira Tavares, que servia em Lisboa, e Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva faleceram, respectivamente, nos últimos dias 5 e 6 de julho. Os dois diplomatas prestaram valiosos serviços ao Itamaraty e eram membros da Associação dos Diplomatas Brasileiros, O embaixador Luiz Fernando Ligiero também faleceu no dia 20 de julho, em Washington. A Diretoria da ADB lamenta o falecimento dos colegas e manifesta solidariedade às suas famílias.

Locação

O convênio da ADB com a Avis Locadora de Veículos segue de vento em popa. Os associados utilizaram, até o mês de junho, 142 diárias. A maioria das locações (94) foi feita em Brasília, mas os associados também utilizaram o serviço em outros estados (32 diárias) e no exterior (16 diárias).

Forças Armadas brasileiras a favor da inclusão social

O objetivo do embaixador José Viegas no Ministério da Defesa é promover o engajamento das Forças Armadas no desenvolvimento social do povo brasileiro. É por essa razão que os militares estão cooperando com o programa Fome Zero e vão contribuir com o Projeto Primeiro Emprego. O ministro da Defesa entende que a chegada de Lula à Presidência da República abre um novo momento histórico, que vai colocar o País nos trilhos do crescimento econômico e da inclusão social.

O ministro José Viegas, em entrevista exclusiva ao Boletim da ADB, fala também sobre o reaparelhamento das Forças Armadas, o orçamento do Ministério da Defesa e a vulnerabilidade de nossas fronteiras. Sobre os apelos para que os militares tenham

Quais são as perspectivas para o reaparelhamento das Forças Armadas?

A limitação do orçamento é um fator que não pode deixar de ser levado em conta. Mas temos esperança de progressos nessa área

porque estamos confiantes no crescimento do País e, por conseqüência, no incremento da capacidade de arrecadar. Para que o Estado e o povo vivam em um ambiente de estabilidade, é necessário que as Forças Armadas sejam capazes de dar proteção à nação brasileira.

Vivemos em um ambiente internacional de paz, a América do Sul é a região mais pacífica de todo o mundo e o Brasil é um intervenção mais ativa no combate ao crime organizado, ele deixa claro que o "apoio logístico" é o limite constitucional das Forças Armadas.

Na condição de primeiro diplomata que comanda a pasta da Defesa, o ministro José Viegas revela que a experiência tem sido gratificante. Ele conta que seu trabalho como chefe de planejamento político do Itamaraty foi fundamental para criar relações com os oficiais que hoje lideram os Comandos

Militares. O ministro atribui a sintonia fina que está construindo no Ministério da Defesa às semelhanças entre as carreiras militar e diplomática. "Nós falamos a mesma linguagem, não há nenhum ajuste a ser feito", afirma o comandante Viegas.



Embaixador José Viegas, primeiro diplomata a ocupar a chefia do Ministério da Defesa

articulador da paz. Porém, embora as nações sulamericanas vivam em paz e tenham relações de solidariedade mútua, isso não esgota a gama de problemas que têm de ser enfrentados. Vale citar as questões relativas à segurança transnacional, às

práticas ilícitas nas fronteiras, à proteção e ao controle do espaço aéreo e à vigilância das águas nacionais brasileiras, que são todas de competência das Forças Armadas.

Estou seguro de que, com o crescimento econômico do País, o Ministério da Defesa se beneficiará de boas oportunidades para se reequipar, inclusive porque nossos equipamentos estão bastante envelhecidos.

O governo decidiu suspender a licitação para a compra de caças da FAB. Quando a Força Áerea será modernizada?

O presidente Lula decidiu, logo nos seus primeiros dias de governo, adiar a licitação dos caças da FAB por um ano. Todos os passos que foram dados anteriormente foram válidos, de maneira que o assunto vai ser retomado no ano que vem.

O Brasil tem estrutura e homens suficientes para proteger nossas fronteiras?

As Forças Armadas de nenhum país têm condições de enfrentar todos os problemas de fronteira, sobretudo quando existem grandes espaços desabitados, como



na Amazônia. No caso de uma fronteira viva, como é a situação da tríplice fronteira ou a região de Letícia – Tabatinga, a questão deixa de ser de

competência exclusivamente militar e passa a ser fundamentalmente um problema policial. Então, é preciso reforçar os efetivos policiais para que haja uma disciplina no trânsito das pessoas e um controle maior de compradores. A Força Aérea controla os espaços vazios e o espaço aéreo, mas a ponte, quem controla é a polícia.

Qual é a avaliação do senhor sobre o Plano Colômbia?

O povo brasileiro tem uma velha e sábia tradição de não fazer comentários a respeito de política interna de outros países. Nosso governo tem relação de amizade, cooperação e solidariedade com o governo colombiano. Da mesma maneira que as relações entre as nações brasileira e colombiana foram sedimentadas por esse tipo de vínculo, vamos destinar o apoio que estiver ao nosso alcance, se for desejo do governo colombiano receber. Temos desenvolvido importantes relações de cooperação com o ministro da Defesa da Colômbia e as perspectivas de entendimento e de cooperação entre os dois países são muito positivas.

Os militares devem participar do Programa Fome Zero?

As Forças Armadas podem ajudar o Estado com eficácia, rapidez e custo baixo, pelo fato de que elas estão implantadas em todo o território nacional. Há mais de 20 exemplos que podem ser dados, tanto em termos assistenciais, a exemplo das ações de combate a incêndios, inundações e acidentes com substâncias tóxicas, como em relação às questões ligadas ao desenvolvimento social. O projeto Calha Norte, que é desenvolvido fundamentalmente pelas Forças Armadas e constitui a principal fonte de apoio para as populações que habitam regiões remotas da fronteira norte, é um caso concreto. Ele busca suprir certas necessidades de infra-estrutura dessas populações, como construção de estradas, assistência hospitalar e transporte de bens e produtos.

É possível citar também o Soldado-Cidadão, projeto que lançaremos no segundo semestre, em convênio com o Ministério do Trabalho e em parceria com o Sistema S. Vamos oferecer, usando a estrutura do serviço militar obrigatório, cursos profissionalizantes de até 200 horas-aula para jovens carentes. A primeira fase do projeto pretende atingir cerca de 11 mil jovens das grandes cidades e, a partir do próximo ano, pretendemos aumentar o número de vagas e buscar uma articulação com o projeto do Primeiro Emprego.

Quanto ao programa Fome Zero, desde o primeiro momento nos associamos às suas reuniões e estamos inteiramente dispostos a ajudar em termos de transporte, armazenamento e distribuição de alimentos. As Forças



Armadas têm consciência da importância de seu papel social e consciência de que, quanto mais sadia e socialmente integrada for essa nação, melhor será a qualidade de nossos soldados.



Qual deve ser o papel dos militares no combate ao crime organizado?

O papel das Forças Armadas nessa área está claramente

estabelecido na Constituição brasileira. Sua missão é a garantia da lei e da ordem. Essa é uma competência excepcional, desde que não haja condições de prover a segurança em determinados locais. Por isso, as forças militares devem prestar apoio logístico, quando necessário, à força policial. Elas não devem, nunca, substituir o aparato policial. Não é boa política substituir a polícia pelas Forças Armadas. Não é bom nem para a polícia, nem para os militares.

O País está sofrendo pressões internacionais na regulamentação da lei de abate dos aviões que violam o espaço aéreo brasileiro?

Não existe pressão internacional. O que há é a necessidade de levarmos em conta uma série de fatores como, por exemplo, as políticas internacionais de respeito à vida humana e de transporte aéreo de civis. É preciso também que coordenemos nossa posição com as diretrizes tomadas por países vizinhos para que tenhamos ações que sejam coerentes. Nesse aspecto, refiro-me especialmente aos países com quem temos fronteiras na Amazônia, onde a questão se coloca com maior nitidez.

O governo federal deve mudar os critérios para a distribuição do orçamento do Ministério da Defesa?

Eu penso, concretamente, em fazer um esforço juntamente com as Forças Armadas no sentido da otimização dos recursos que nos são alocados. A idéia é reforçar os projetos tecnológicos da Marinha, Aeronáutica e Exército. Contudo, não me parece que a alocação dos recursos orçamentários das Forças Armadas tenha privilegiado atividades secundárias e preterido os projetos estratégicos.

Qual é a avaliação do senhor sobre a vitória do PT nas eleições presidenciais?

A vitória não foi do PT. A vitória foi de uma coalizão das forças populares do País. A eleição do presidente Lula foi referendada por uma clara maioria da sociedade brasileira e tenho esperança de que o seu governo será capaz de implementar as mudanças de que o País necessita. Tenho plena consciência de que estamos vivendo um momento histórico novo e minha disposição é trabalhar em favor do País, da inclusão social e da concórdia do povo brasileiro.

Como tem sido a experiência de um diplomata no comando das Forças Armadas?

Muito gratificante e tranquilizadora. Eu tenho com os comandantes, que têm sido meus

interlocutores principais, e com as Forças Armadas, em geral, uma relação de confiança mútua e de amizade.

O fato de ser diplomata apenas me aproxima da carreira militar, uma vez que as carreiras diplomática e militar são carreiras estáveis e compostas por pessoas muito ligadas ao



interesse permanente da nação. Portanto, os nossos pontos de vista são facilmente conciliáveis. Não há problema, nenhum ajuste a ser feito, porque falamos a mesma linguagem.

Como diplomata, eu já havia tido uma boa e proveitosa experiência com as Forças Armadas: na oportunidade em que fui chefe da equipe de planejamento político do Itamaraty, conheci pessoas que hoje lideram as formas militares, onde fiz bons amigos e estabeleci uma forte relação de confiança.

Detidos e presos brasileiros no exterior

Um dos temas consulares de mais trabalhoso acompanhamento no exterior é o que trata da assistência prestada aos cidadãos brasileiros detidos e presos em cárceres estrangeiros. Há inúmeras dificuldades. Em primeiro lugar, é complicado auxiliar quem violou a lei. Além disso, existe o problema do entendimento e da aplicação da legislação local. Soma-se ainda o crescente enrijecimento das políticas penais e carcerárias, sobretudo nos países cêntricos. Por fim, há uma grande diferença dos códigos penais, que prevêem, por exemplo, pena idêntica para consumidor e traficante de drogas no Japão, e mesmo

pena de morte para o traficante, em determinados países da Ásia.

Há aproximadamente 2 mil brasileiros cumprindo pena no exterior, devidamente sentenciados. Desse total, a União Européia abriga a maior

parte, com um total de 744, seguida do Mercosul, com 357, Estados Unidos, com 257, Japão, com 300, país onde, isoladamente, encontra-se a maior comunidade carcerária brasileira. Por jurisdição, a maior população penitenciária situa-se na área dos Consulados-Gerais em Tóquio e Houston, com 200 brasileiros cada, e, em seguida, da jurisdição do Consulado-Geral em Milão (128 presos brasileiros) e em Lisboa (125).

Perfil do preso brasileiro

O preso brasileiro está situado na faixa etária de 25 a 35 anos, é do sexo masculino, tem baixa formação educacional e estava desempregado no Brasil. Seu estado de origem é diverso e 60% dos inquéritos e condenações correspondem ao crime de tráfico de drogas (no jargão policial, atua como "mula").

Em segundo lugar ocorrem as condenações por tráfico de seres humanos para fins de exploração de trabalho ilegal e prostituição. Essa modalidade de tráfico é mais lucrativa que a anterior e vem crescendo devido também à falta de mão-de-

obra local e à baixa visibilidade inicial do crime.

Enumeram-se, a seguir, crimes contra a família (delitos contra o casamento, contra o estado de filiação, contra assistência familiar e contra o poder familiar – pátrio poder, tutela e curatela,

segundo as noções do antigo Código Civil, de 1916). Somam-se a esses os crimes contra o patrimônio (furto, roubo, extorsão, dano, apropriação indébita e estelionato, modalidades que ocorrem com maior frequência em território japonês).

Crimes contra a vida e de lesão corporal, embora pontuais, provocam sempre grande repercussão, principalmente se acontecem nas unidades federadas dos Estados Unidos onde há previsão de pena de morte.



A mecânica do tráfico

É difícil estabelecer o momento exato da entrada do indivíduo no mundo do narcotráfico internacional, mas, na maior parte das vezes, trata-se de recrutamento feito de jovem sem ocupação regular, que já exerceu atividade laboral no mercado formal de trabalho, mas não encontrou nova inserção no mercado, mesmo informal. Ante a possibilidade de ganho relativamente rápido, submete-se às ordens do agenciador de transportar a droga em viagem internacional. Ilude-se com o grau de

confiança demonstrado pelo aliciador, que lhe promete saída rápida do "negócio" e benefícios indiretos, materiais ou financeiros, à família do recrutado, em troca da prestação do servico e do silêncio.

Esse último vínculo é de vital

importância para a compreensão de um fenômeno relativamente corriqueiro que ocorre durante o inquérito instaurado por autoridades estrangeiras quando de sua prisão: a falta de colaboração do detido em entregar às autoridades policiais o "organograma" do tráfico, por temor de represálias contra sua família no Brasil e mesmo vergonha de admitir a participação no crime.

Amiúde, configura-se a condição de o indivíduo ser flagrado traficando drogas pela segunda ou terceira vez, raramente a primeira. Quando esta última resulta, devese a fato curioso: o próprio agenciador no Brasil, tendo despachado seis ou sete indivíduos na mesma aeronave, "denuncia" o traficante à polícia, estratagema que atrai a atenção de grande parte dos policiais de

plantão no aeroporto de destino, liberando a pressão a ser exercida sobre os remanescentes, que transportam quantidades maiores de narcóticos.

Tráfico de pessoas

A esmagadora maioria de casos de tráfico de seres humanos tem acontecido com destino aos países da Península Ibérica, com destaque para a Espanha. Não obstante, novas rotas são criadas para os países mais diversos, como revela recente denúncia de tráfico de mulheres para a República da Coréia.

De uma maneira geral, o aliciamento de mulheres brasileiras ocorre segundo padrão já estabelecido pelas redes de prostituição. Em capitais médias, como Goiânia e Vitória, o primeiro passo consiste em atrair moças de origem humilde com falsas promessas de em-

prego no exterior, como empregada doméstica ou garçonete. Uma vez aceita a proposta, são providenciados documentos de viagem e passagens aéreas, que deverão ser pagas pela aliciada posteriormente, não raro resultando em dívida crescente, cárcere privado e retenção ilegal de passaporte. Tal como ocorre com os "mulas" de drogas, as mulheres aliciadas temem represálias contra sua família no Brasil e evitam denunciar seus agenciadores.



Assistência consular

A prestação de assistência consular, contrariamente ao que era praxe há mais de uma década, caracteriza-se hoje por sua ação provocativa e preventiva. Atualmente, o preso é assistido também por provocação às autoridades locais, que recebem dos consulados

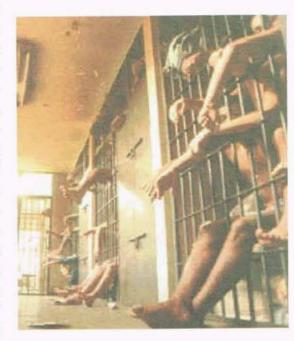
e setores consulares consultas periódicas, pedidos oficiais de visitas de agente consular e interlocução quase diária sobre a existência de brasileiros detidos para averiguação inicial e aumento do poder de ouvidoria. Essa gestão beneficia não somente o preso, mas seus amigos e familiares, que terão um canal mais amigável para encaminhar pedidos.

A assistência consular prestada aos detidos e detentos brasileiros no exterior encontra fundamento legal na extensão interpretativa do artigo 5º, incisos XXXIV e seguintes da Constituição de 1988, dentro do título que trata dos direitos e garantias fundamentais. Além disso, a letra "e" do artigo 5º da Convenção de Viena sobre Relações Consulares também prevê a prestação de ajuda e assistência aos nacionais, pessoas físicas ou jurídicas, do Estado que envia. O artigo 36 da referida Convenção trata especificamente do alcance, meios e limites da atuação consular na prestação de assistência ao preso.

Além das disposições convencionais, constitucionais e legais propriamente ditas, a Divisão de Assistência Consular resolveu criar nova seção no Manual de Serviço Consular e Jurídico (MSCJ) com o intuito de auxiliar a autoridade consular a acompanhar a situação do brasileiro cumprindo pena no exterior. Tal iniciativa tem por objetivo a sistematização e

unificação dos procedimentos de prestação de assistência aos presos por parte dos 131 postos de carreira, assim como legitimar a ação dos cônsules, tendo em vista que as diferentes interpretações e iniciativas estavam baseadas no poder discricionário e limitadas por circunstâncias legais, materiais e financeiras, além de instruções e limites prolatados pela

Secretaria de Estado, Outra finalidade do Manual é demonstrar transparência atuação do cônsul, tendo em vista que o MSCJ consta da página eletrônica informativa do Itamaraty, de acesso livre a consultas pelo cidadão brasileiro, Por fim, o trabalho visa também



guardar consonância com as novas diretrizes de política externa brasileira.

Pedro Frederico de Figueiredo Garcia

Limitações da assistência consular aos presos

- 1) Âmbito legal: aplica-se, em toda sua plenitude, o princípio jurídico da *lex loci delicti comissi* (são aplicáveis as leis do lugar onde o delito foi cometido).
- 2) Esfera institucional: nem sempre o nível e o grau de interlocução com as autoridades estrangeiras, por parte do preso e por parte da autoridade consular, são os desejáveis.
- 3) Falhas na investigação, no inquérito e, principalmente, na fase de instrução e julgamento em nível judicial.
- 4) Falta de recursos para assegurar ao indiciado uma boa defesa em nível de assessoria.

Abertura do Instituto Rio Branco Avanços e limites

Homens, solteiros, abaixo de 30 anos, cariocas e, na maioria, sem curso superior completo. Esse era o perfil dos candidatos às provas do Curso de Preparação da Carreira de Diplomata (CPCD), em 1958. O fato de a carreira diplomática não espelhar a cara do Brasil da década de 60 devia-se à pequena divulgação sobre o Instituto Rio Branco (IRBr), à centralização dos exames admissionais no Rio de Janeiro e ao fato de que a seleção chegava a durar até quatro meses.

Esse quadro começou a mudar quando um grupo de jovens diplomatas que trabalhavam na Divisão Econômica para a Europa, Ásia, África e Oceania (DEA) propôs uma reviravolta no vestibular do CPCD. Após receber o "sinal verde" do embaixador Camillo de Oliveira, diretor do IRBr na época, os

terceiros secretários Sérgio Watson e Amaury Bier começaram a realizar uma pesquisa sobre a composição do Instituto Rio Branco. "Em virtude do trabalho na DEA, só podíamos nos dedicar a esse levantamento no intervalo para o almoço e no fim do expediente", lembra o embaixador aposentado Watson.

Depois de alguns meses de trabalho intenso, os terceiros secretários produziram um diagnóstico sobre os candidatos que se inscreveram para os concursos de 1953 a 1957 e um conjunto de sugestões para a direção do Instituto. A principal proposta de mudança foi a ampliação da base geográfica e humana do processo seletivo para incluir novos grupos de renda, idade, estado civil e instrução. Para atingir esse objetivo, o grupo sugeriu uma ampla divulgação e a descentralização do vestibular para o CPCD.

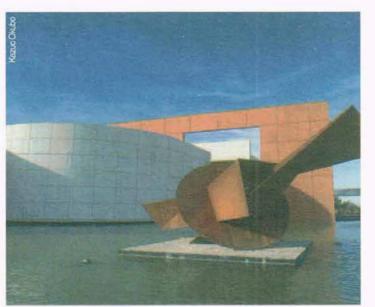
Descentralização do concurso

A proposta de descentralização, conta o embaixador Sérgio Watson, passava pela realização de um teste preliminar em cinco

> capitais de maior densidade demográfica e cultural - São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife - e pelo fornecimento de transporte até o Distrito Federal para os candidatos aprovados nessa etapa. A inscrição para o teste preliminar teria de ser facilitada e as provas não poderiam exceder a um dia de duração. Os candidatos sele-

cionados também deveriam receber uma bolsa durante os dois anos de curso.

"As propostas que apresentamos, para a nossa surpresa, foram abraçadas pelo diretor do IRBr e chanceladas pela Alta Chefia, que nos solicitou alterações na legislação pertinente", escreve o embaixador Watson no texto "A reviravolta no vestibular do CPCD". Os passos seguintes, então, foram modificar os regulamentos e colocar a máquina administrativa do Itamaraty em movimento. O trabalho foi rápido e as novas regras passaram a valer para o concurso de 1959.



Mudanças sucessivas

A partir dessa guinada, o processo de seleção para o curso de preparação de diplomatas sofreu, nos últimos 44 anos, sucessivos aperfeiçoamentos, tendo sempre como objetivo principal a abertura do IRBr para a sociedade. As mudanças não foram poucas. O concurso foi aberto, em 1954, para mulheres; passou-se a exigir, progressivamente, escolaridade superior a partir de 1966; e, na década de 70, foram implementados o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e o Curso de Altos Estudos (CAE).

O CPCD foi substituído pelo Programa de Formação e Aperfeiçoamento (Profa), que suprimiu o francês do concurso e passou a cobrar a conclusão de curso universitário para a inscrição. Os aprovados passaram a ser nomeados para a classe inicial da carreira. Essa mudanca, comenta o secretário lean Marcel Fernandes, foi importante porque os alunos passaram a receber um salário bastante superior à bolsa de cerca de 100 dólares que os forçava a viver permanentemente com os "cintos apertados".

O processo de mudanças no IRBr continuou. O curso de prepa-

ração ganhou o status de mestrado em diplomacia, as provas passaram a ser realizadas em dez cidades, o limite de idade (35 anos) para se inscrever no concurso foi suprimido, e o Itamaraty, em 2002, lançou o programa de ação afirmativa para afro-descendentes. O programa vem concedendo bolsas de estudos para que candidatos afro-descendentes possam se preparar para as provas do IRBr. "O nosso propósito é promover a diversidade. A diplomacia tem de ser o espelho do País e precisa representar o Brasil na sua pluralidade". Quem levanta essa bandeira é o embaixador João Almino, atual diretor do IRBr. Na entrevista concedida ao Boletim da ADB, ele afirma que os marcos históricos para se alcançar esse objetivo foram o concurso público, que o Itamaraty aplica desde 1930, e a descentralização das provas, que se iniciou no final da década de 60.

O conjunto dessas mudanças foi decisivo para aumentar a procura pela

carreira diplomática e mudar o perfil dos candidatos ao IRBr. O número de candidatos no período 1953/1957 foi, em média, de 129. Já no concurso de 2003, houve 5.789 inscrições. "É certo que a população brasileira cresceu, mas ela sequer triplicou no período, enquanto o número de candidatos multiplicou-se por 44,8", calcula o embaixador Sérgio Watson.



"A diplomacia tem de ser o espelho do País e precisa representar o Brasil na sua pluralidade", afirma o embaixador João Almino, diretor do IRBr.

Demanda cresce

Na opinião do embaixador João Almino, o salto é significativo, pois a média dos anos anteriores oscilava entre 2 mil e 3 mil candidatos. O diretor do Instituto Rio Branco entende que o

aumento expressivo de interessados pode ser explicado por dois fatores. O primeiro referese ao crescimento do contingente de alunos dos cursos superiores de Relações Internacionais. "Na década de 80 esses cursos praticamente não existiam", afirma. A outra razão é o fato de que "as questões internacionais passam a ter uma visibilidade maior para o brasileiro e, em especial, para os estudantes universitários".

Novo perfil

O perfil atual dos candidatos diferenciase totalmente daquele da década de 60. Os cariocas deixaram de ser maioria (17%) e cresceu a demanda em São Paulo (30%), Brasília (16%) e outros estados (34%). A faixa etária também mudou. Os candidatos entre 19 a 27 anos, nos anos 50, representavam 70% do total. Em 2003, os inscritos acima de 28 anos somavam 61%.

Os solteiros continuam sendo maioria, mas a participação de candidatos casados passou de 15% para 23%. Por fim, o nível de instrução sofreu uma mudança radical: entre 1953 e 1957, apenas 26% dos vestibulandos tinham curso superior. Atualmente esse índice é de 100%, sendo que, no concurso deste ano, 20% possuíam títulos ou freqüentavam cursos de pós-graduação.

Mas, se houve avanços nas últimas décadas, a presença de mulheres, negros e nordestinos continua pequena. Quanto à origem socioeconômica dos candidatos, não é possível fazer uma avaliação exata, porque o formulário de inscrição do concurso não pede dados relacionados à renda. Já as estatísticas do IRBr mostram que, nos dois últimos concursos, o número de mulheres inscritas ficou abaixo de 40% (35% em 2002 e 37% em 2003). O embaixador João Almino considera "difícil responder" por que elas têm menos interesse em ingressar no Itamaraty e reconhece que, em outros países, "as mulheres já são em número igual ao dos homens na carreira diplomática".

	Número de inscritos		Número de aprovados	
Fonte: Instituto Rio Branco	2002	2003	2002	2003
Total	3.109	5.791	27	39
Mulheres	1.100	2.182	8	5
Nordestinos	345	483	3	8

A descentralização das provas para o CACD também não alterou significativamente a procura nas regiões Norte e Nordeste. Os nordestinos, por exemplo, representavam, em 2002, 11% dos inscritos e, em 2003, apesar de haver um crescimento do número de candidatos (de 345 para 483), a participação relativa caiu para 8%. Diante desses números, o embaixador João Almino esclarece que o IRBr, a partir do ano passado, passou a enviar missões de divulgação do concurso especialmente para essas regiões.

Maioria branca

Os dados mostram ainda que, no caso dos afro-descendentes, os esforços do IRBr têm atingido resultados positivos. Para o CACD de 2002, se inscreveram 420 candidatos que se autodeclararam pardos e pretos. Neste ano, o número de negros e pardos subiu para 643. Candidatos de origem indígena (8) e asiática (96) também são minoritários diante da maioria branca: No CACD de 2003, dos 5,8 mil candidatos, 4,5 mil declararam-se brancos.

Cor da pele	Número de inscritos			
	2002	2003		
Amarela	76	96		
Branca	892	4.494		
Indígena	4	8		
Parda	375	551		
Preta	45	92		
Não declarada	1.717	550		
Total	3.109	5.791		

O diretor João Almino considera que o processo de abertura do Instituto Rio Branco para a sociedade deve aumentar já que o novo governo e o ministro Celso Amorim têm sinalizado um "alto grau de engajamento para promover a valorização da mulher e a igualdade racial no País". No que depender exclusivamente do IRBr, o embaixador João Almino garante que os mecanismos existentes para democratizar o IRBr serão ampliados e aperfeiçoados. "Os tempos sopram no sentido de um apoio cada vez maior às políticas voltadas para a diversidade", conclui.

Embaixador Souza Dantas Cidadania e memória

A publicação do livro de Fábio Koifman, "Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo", em 2002, oferece excelente oportunidade para se refletir sobre a nossa instituição, a história do Brasil e o papel dos arquivos. Tratarei brevemente de dois aspectos dessa reflexão mais ampla: a cidadania e a memória.

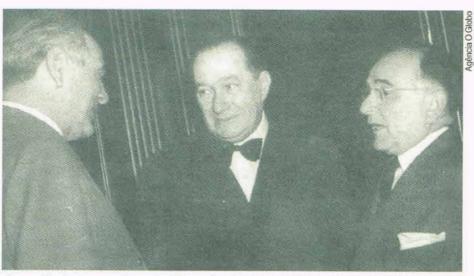
Perdura erroneamente na sociedade uma imagem de

que o diplomata é um ser que trabalha no limite da verdade e da mentira e que seus atos se pautam pelo cumprimento cego de instruções, sejam essas quais forem, de não importa qual governo.

A história da democracia brasileira é relativamente curta. Passamos muito tempo sob o comando de vontades autoritárias e ditatoriais. Foi nesse contexto que o embaixador Luiz Martins de Souza Dantas operou um belo trecho de nossa história mais recente. Não pelo que o governo de Getúlio Vargas fez quanto à população judaica ameaçada pelo nazismo na Europa, mas, exatamente ao contrário, pelo que Souza Dantas pôde fazer em prol dessa população a despeito das instruções que lhe eram enviadas da capital.

Desafiando o arbítrio

O ato de coragem no descumprimento de políticas discriminatórias nos dá o conforto de que a consciência pode resistir aos constrangimentos do poder e a explicações pouco convincentes acerca da razão de Estado.



Souza Dantas, no centro, entre Graça Aranha e o presidente Getúlio Vargas, em 1945.

E o desafio dele às ordens de um regime de exceção não constitui ato de pouca monta. Quantos de nossos colegas na carreira conviveram com o autoritarismo e quantos tiveram muitas vezes de tentar sublimar posições políticas e convicções ideológicas para sobreviver profissionalmente. Quantos vivemos na universidade o receio de dizer livremente o que pensávamos e quantos vimos colegas desaparecerem das salas de aula, apenas por suas idéias. E quantos de nós leram nos livros e ensaios de História, ou têm o testemunho vivo da geração que hoje governa os destinos do Brasil sobre o período da ditadura.

Sabemos que não é fácil conviver com a possibilidade de que, por ato unilateral e autoritário, sem recurso à defesa, possamos ser destituídos de uma carreira, ou de um posto, ou até mesmo da vida. No momento em que se consolida a democracia e em que os processos decisórios ganham em transparência e participação, a história de Souza Dantas contada no livro não deixa de representar o resgate de nossa condição de cidadãos.

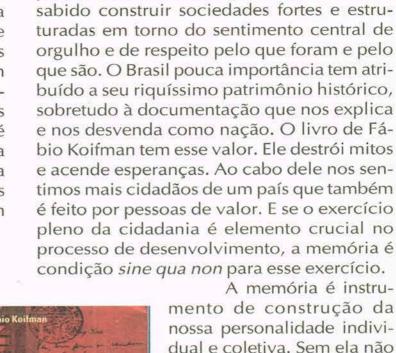
Atuar em compromisso com a verdade e de acordo com os princípios de humanidade devem ser regras basilares na nossa conduta profissional. Souza Dantas teve de fazê-lo à revelia do Estado. Nós, hoje, temos o privilégio (o direito e o dever) de fazê-lo em consonância com a sociedade a que auscultamos e com a qual compartimos os anseios de liberdade e justiça social. E se bem é verdade que o dilema enfrentado por Souza Dantas não seja algo que se coloque na ordem do dia de nossas preocupações profissionais, fica o exemplo de sua coragem e de sua humanidade.

Memória e arquivos

O segundo tema deste artigo diz respeito ao fato de que só pudemos ter acesso a este pedaço da nossa história porque havia arquivos em condições de serem pesquisados e um pesquisador atento e com o olhar inquieto e perscrutador sobre o nosso passado. Quem somos, como somos, quem são nossos heróis, onde estão os bons exemplos, onde se ocultam os maus... Todas essas são questões que nos remetem à essência de nós mesmos.

Não saberemos construir uma nação se não

pudermos nos entender como tal, e não teremos força nem garra para superar nossas limitações se não soubermos quais são nossas qualidades e nossas fraquezas. Não há país que hoje porte o qualificativo de desenvolvido que não tenha aprendido a lição básica de saber quem é. A memória é vital. As tribos e etnias que apenas têm o discurso oral para se preservar vêm desaparecendo ao longo da história da humanidade.



As nações que protegem sua história e

podem contá-la com a riqueza do detalhe têm

mento de construção da nossa personalidade individual e coletiva. Sem ela não somos ninguém e nunca seremos alguém. No Brasil, os arquivos públicos, repositórios de nossa memória nacional, vivem à míngua de recursos humanos e materiais que lhes possibilitem o tratamento técnico adequado, e, infelizmente, o Itamaraty não é exceção à regra.

Quem sabe, no momento em que reforçamos a necessidade de incorporação de parcelas significativas da população brasileira ao pro-

nação, possamos atribuir a devida importância à preservação da nossa memória, não como elemento estático de referência, mas como recurso essencial do nosso processo de desenvolvimento econômico e social.

cesso civilizatório que nos constrói como

A íntegra do artigo pode ser lida na página da ADB, na internet.

Quixote nas trevas

baixador Souza Dantas e os refugiados do na

Paulo Roberto França

Reforma da Previdência coloca servidores contra o governo Lula

A Reforma da Previdência é o calcanhar de Aquiles do governo Lula. A proposta do governo começou a tramitar na Câmara dos Deputados no dia 30 de abril e foi aprovada, em

primeiro turno, na primeira semana de agosto. A versão original do projeto sofreu muitas mudanças provocadas por pressões de toda ordem. Apesar dos vários recuos do governo federal, a aprovação do projeto selou o divórcio entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e os servidores públicos e abriu feridas profundas na relação entre os petistas do Congresso Nacional e o Palácio do Planalto.

O projeto que muda as regras do regime previdenciário dos servidores públicos detonou uma greve iniciada em junho que, segundo a Coordenação Nacional das Entidades

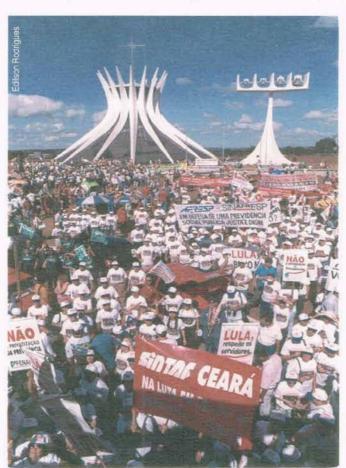
dos Servidores Federais (CNESF), atinge mais de 60% da categoria. A proposta de mudança também levou milhares de servidores à Esplanada dos Ministérios que reivindicaram a retirada da PEC 40/03 do Congresso Nacional e defenderam uma previdência sustentável, sem mexer nos direitos dos trabalhadores.

Um documento assinado pelo secretário- geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef), Gilberto Cordeiro Gomes, listou as razões que levaram a categoria à greve. Segundo o texto, o projeto retira direitos funda-

mentais dos servidores. O sindicalista afirma, ainda, que o governo tem insistido em colocar trabalhador contra trabalhador, "por meio da divulgação mentirosa de que há favorecimento para os servidores, nos jogando contra os trabalhadores da iniciativa privada".

A presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE-CUT), Juçara Dutra Vieira, por sua vez, afirma ser necessário que os servidores se mobilizem agora para evitar que a Reforma da Previdência avance sem que os trabalhadores sejam ouvidos. Ela diz que a CNTE

defende uma previdência pública, solidária e universal, com respeito aos direitos conquistados; garantia dos regimes próprios; auditoria das contas, instituição do regime de previdência nos Estados, manutenção da aposentadoria especial da educação básica e fim do limite de idade. A Confederação é contra a cobrança dos aposentados e reivindica a paridade, com integralidade de remuneração.



Sindicatos reúnem milhares de manifestantes em Brasília

Uma cartilha editada pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal denuncia que a discussão limitou-se ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CNDES), que não seria representativo da sociedade, pelo fato de ser composto, predominantemente, por empresários e banqueiros, setores "reconhecidamente interessados na privatização da previdência". O sindicato argumenta, ainda, que "não se pode fazer reforma estrutural unicamente para resolver problemas de caixa ou ajustar o nível do superávit primário". Os auditores fiscais sustentam que o projeto do governo segue o modelo impulsionado pelo Banco Mundial e que teve "péssimos resultados em outros países latino-americanos".

Itamaraty

A onda de protestos também chegou ao Itamaraty. A Associação Nacional dos Oficiais de Chancelaria (Asof), apesar de não ter participado das paralisações organizadas pelos servidores públicos federais, considera que a proposta do governo "viola direitos consagrados na Constituição". O presidente da Asof, Francisco De Paola, defende uma reforma precedida pela execução dos devedores da Previdência "com mesma a coragem e avidez" com que o governo pretende cortar os benefícios dos servidores. De Paola acredita, também, que as carreiras do Servico Exterior brasileiro não devem ser comparadas às outras do serviço público federal, em razão dos "inúmeros e complexos requisitos que lhes são exigidos", a exemplo das sucessivas mudanças de país.

A consequência mais visível da Reforma da Previdência, além da avalanche de protestos, é a corrida do funcionalismo público à aposentadoria. De acordo com um levantamento feito pelo Ministério do Planejamento, de janeiro a abril deste ano, houve um aumento de 41,48% em relação ao mesmo período do ano passado. Em 2002, 7.465 servidores pediram aposentadoria e, até abril des-



O relator, deputado José Pimentel (esquerda) e o presidente da Comissão Especial, deputado Roberto Brant (direita) discutem a versão final do relatório da Reforma da Previdência

te ano, 3.213 funcionários públicos já haviam se aposentado.

Nas universidades públicas a situação é ainda mais grave. Cerca de 3,2 mil professores têm mais de 35 anos de carreira e, portanto, já podem entrar com pedido de aposentadoria. Somente a Universidade de Brasília (UnB), por exemplo, deve perder 13% dos seus docentes até o fim do ano.

Tucanos

Em entrevista ao site do PSDB, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso alertou para o fato de que a Reforma da Previdência proposta pelo atual governo está desarticulando a estrutura fundamental do Estado. "A reforma que propusemos mexia em algumas coisas em que esta também mexe, como a idade e o tempo de contribuição, que são coisas fundamentais A proposta atual estabelece que a aposentadoria seja feita pela média do salário. Ora, quem tem carreira entra baixo e vai lá para cima, fica na média. Quem não tem carreira, é menos prejudicado. As funções fundamentais do Estado têm carreira".

O Poder Judiciário também aderiu à onda de pressões. Os juízes estaduais e do Trabalho ameaçaram entrar em greve e conseguiram mudar alguns pontos da reforma. A principal deles foi a elevação do subteto dos juízes estaduais. A proposta original previa

um subteto de 75% da remuneração de ministro do Supremo Tribunal Federal. Os magistrados reivindicaram 90,25% e levaram.

Vitória e concessões do governo federal

A proposta aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados, com 358 votos a favor, 126 contra e 9 abstenções, estabelece que os atuais funcionários públicos terão direito à aposentadoria integral se comprovarem possuir, simultaneamente, 60 anos de idade (homem) e ou 55 (mulher) e 35 anos de contribuição

(homem) e 30 (mulher); além de 20 anos no serviço público e dez anos no cargo.

Quanto à paridade, o projeto prevê que o atual servidor terá seus proventos de aposentadoria revistos na mesma proporção e na mesma data em que houver atualização dos salários do servidor em atividade. Não está garantida, porém, a extensão dos demais benefícios, vantagens, transformação ou reclassificação de cargo ou função do servidor ativo.

Os servidores públicos que forem admitidos após a promulgação da reforma, no entanto, não terão as mesmas garantias. Para eles, a aposentadoria máxima será de R\$ 2,4 mil, a mesma da iniciativa privada. Quem quiser receber um benefício maior terá de contribuir para um fundo de pensão.

O projeto aprovado pelos deputados prevê ainda que servidores aposentados e pensionistas pagarão 11% de contribuição sobre a parcela da aposentadoria superior a R\$ 1.200. Para os futuros aposentados, o teto de isenção será R\$ 2.400. Já as pensões serão pagas com valor integral se forem até R\$ 2.400. Acima disso, haverá desconto de 50% sobre a parcela que exceder o valor máximo.



Os sindicatos promoveram a Marcha à Brasília, que reuniu cerca de 50 mil servidores públicos federais, estaduais e municipais

Calendário de votações

A Reforma da Previdência vai passar por um segundo turno de votação na Câmara dos Deputados, antes seguir para o Senado. No Senado, os parlamentares vão examinar a proposta na Comissão de Constituição e Justiça e também no plenário, em dois turnos de votação. O líder do Partido dos Trabalhadores no Senado, Tião Viana (AC) acredita que a proposta estará integralmente votada até o fim de outubro, mas a oposição pensa de outra forma.

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN) disse que não haverá pressa. Segundo ele, todos os prazos regimentais vão ser respeitados. Por conta disso, a votação só deverá acontecer no final do ano. Ainda de acordo com Agripino, o PFL deverá reapresentar no Senado todos os destaques derrotados na Câmara, considerados essenciais pelo partido. Os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Heloísa Helena (PT-AL), ambos da base de apoio do governo, também prometem apresentar uma série de emendas para modificar o projeto. Além dos fogos amigo e inimigo no Senado, o governo deve enfrentar uma nova marcha dos servidores no dia 19 de agosto.



Principais mudanças da Reforma da Previdência

Atuais servidores públicos

- Integralidade Só alcançarão a integralidade se comprovarem simultaneamente: a) 60 anos de idade, se homem, ou 55, se mulher, b) 35 anos de contribuição, se homem, ou 30, se mulher, c) 20 anos no serviço público, e d) dez anos no cargo.
- Cálculo pela média O servidor com mais de 48 anos, se mulher, e mais de 53, se homem, que tiver tempo de contribuição, tempo de serviço público e no cargo, mas resolver sair antes dos 55 anos de idade e 60 respectivamente, terá redução de 3,5% do benefício nos próximos dois anos. A partir daí, a redução é de 5%.
- Paridade O atual servidor, quando preencher os requisitos para se aposentar, terá seus proventos revistos na mesma proporção e na mesma data em que houver atualização dos salários do servidor em atividade, porém não está garantida a extensão dos demais benefícios, vantagens, transformação ou reclassificação de cargo ou função do servidor ativo. Ou seja, a paridade incidirá apenas sobre os valores fixos, desconsiderando ou condicionando à lei a extensão de qualquer outra vantagem que não seja a mera revisão.
- Contribuição de inativo O servidor também pagará contribuição de 11% sobre os proventos da aposentadoria na parcela que exceda a R\$ 1.200,00
- Pensão As pensões dos dependentes dos atuais servidores que vierem a falecer será garantida apenas até o valor de R\$ 2.400, com desconto de 50% nas parcelas de benefícios que excederem esse valor.

Futuros servidores públicos

Para os futuros servidores, o regime próprio só irá garantir aposentadoria até o teto do regime geral INSS, que é fixado em R\$ 2.400,00. Acima desse valor, o servidor terá que ingressar no fundo de pensão, que será criado para os servidores com renda superior a R\$ 2.400,00.

O cálculo do benefício, que será limitado a R\$ 2.400,00, terá por base as contribuições efetivamente vertidas para o regime próprio ou para o regime geral de previdência social.

Regras para todos os servidores

O teto nacional de remuneração terá por base o salário de ministro do Supremo, atualmente de R\$ 17.170,00. Haverá subteto nos Estados, vinculando ao salário de desembargador a remuneração do Judiciário estadual, do Ministério Público e da Defensoria Pública estadual; vinculando ao salário de governador os vencimentos dos servidores do Executivo, exceto Ministério Público e Defensoria; vincula ao salário de deputado estadual, os servidores do Legislativo e ao salário do prefeito, a remuneração dos servidores municipais.

Atuais aposentados e pensionistas

Os aposentados e pensionistas, bem como os servidores que, na data da promulgação da emenda, contarem tempo suficiente para requerer aposentadoria, farão jus à paridade, com a garantia de que seus vencimentos "serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que servir de referência para a concessão da pensão". Entretanto, sobre seus proventos haverá cobrança de contribuição, atualmente no percentual de 11%, incidente sobre a parcela que exceda ao valor de R\$ 1.200,00

Quadro elaborado pelo Diap e atualizado pelo editor



Berzoini: queremos fazer justiça social na Reforma da Previdência

O ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, não aceita a crítica de que o governo Lula está cortando benefícios previdenciários dos servidores públicos, mas criando regras atuariais que vão assegurar, no futuro, o equilíbrio do sistema. Ele afirma que a União desembolsou, em 2002, R\$ 22 bilhões para cobrir as aposentadorias e pensões de seus funcionários, enquanto o orçamento da Saúde foi de R\$ 27 bilhões. Segundo o ministro, o governo está pensando na parcela da população que está excluída

dos direitos básicos e a sua prioridade é imprimir "maior justiça social na aplicação dos recursos públicos".

Em entrevista exclusiva ao Boletim da ADB, o ministro Ricardo Berzoini também comenta as mudanças das regras de cálculo dos benefícios e fala sobre como será o funcionamento dos fundos de pensão complementar. Ele avisa ainda que os militares não ficarão fora da reforma e aposta que as mudanças previdenciárias não vão afastar os melhores quadros do serviço público.

A despesa com o pessoal civil da União (funcionários ativos, aposentados e pensionistas) representava, em 1995, 38,17% da Receita Corrente Líquida. Esses gastos caíram, em 2002, para 24,77%. Por que o governo federal quer cortar os benefícios previdenciários dos servidores se as despesas com o funcionalismo público vêm sofrendo sucessivas reduções?

Em primeiro lugar, a proposta de reforma da Previdência apresentada pelo governo não quer "cortar benefícios previdenciários dos servidores". A reforma é necessária devido ao grave desequilíbrio dos regimes próprios dos servidores, decorrente de leis que não primaram pelo equilíbrio atuarial das regras de concessão dos benefícios. Sem responsabilidade alguma dos servidores, que vêm cumprindo sua missão com competência e profissionalismo, foram estabelecidas regras sem preocupação com o equilíbrio atuarial entre as contribuições e os benefícios pagos. As despesas com aposentados e pensionistas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios estão crescendo anualmente. Em 2002, por exemplo, a sociedade, por meio de

impostos pagos por todos, complementou com R\$ 39 bilhões o faltou para honrar os pagamentos dos benefícios dos servidores dos três níveis da federação. A projeção para 2003 é que sejam necessários R\$ 41 bilhões dos recursos públicos. Isso leva ao seguinte quadro: a contribuição dos servidores e dos governos federal, estaduais, do Distrito Federal e dos municípios são suficientes para cobrir apenas 36% das despesas com o pagamento de pensões e aposentadorias. Mas a reforma não se pauta só pelo aumento ou pela redução das despesas com pessoal, mas pela garantia de equilíbrio das contas dos regimes previdenciários dos servidores a longo prazo.

A União não deu sua contrapartida para a Previdência Social na medida que, ao contrário das empresas privadas, não contribuiu, ao longo dos anos, para o sistema. Qual é a responsabilidade do governo no "rombo" da Previdência?

Nos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios pode não haver uma rubrica específica para as contribuições previdenciárias desses entes como empregadores, mas são esses mesmos governos que cobrem toda a diferença entre a arrecadação das contribuições dos servidores e a despesa com pensões e aposentadorias. Para efeito de cálculo, o Ministério da Previdência Social, desde janeiro, considera a contribuição patronal dos entes federados, à razão de 2:1, como forma de projetar a real necessidade de financiamento do sistema. Mesmo com essa mudança

no cálculo, reivindicada havia muito tempo pelo funcionalismo, o desequilíbrio no ano passado chegou a R\$ 39 bilhões nos regimes próprios dos servidores.

O diplomata tem desconto mensal de 11% sobre seu rendimento bruto. O montante de contribuição, do ponto de vista atuarial, seria suficiente para pagar uma aposentadoria maior que o último salário do servidor. No entanto, o projeto da Reforma da Previdência limita o valor da aposentadoria em R\$ 2.400. Isso não representaria uma injustiça

e um confisco da poupança previdenciária do servidor público?

O teto de R\$ 2.400 para os benefícios dos regimes próprios de previdência dos servidores só será adotado se forem criados fundos de previdência complementar pelos entes federados. Esse limite - equivalente ao teto dos benefícios pagos pelo INSS - só será aplicado aos servidores que ingressarem no serviço público após a criação de fundos de previdência complementar. Portanto, os atuais servidores da carreira de diplomata só se submeterão ao teto do INSS se assim o desejarem.

Na hipótese de aprovação da Reforma da Previdência, os atuais servidores públicos serão ressarcidos pelos descontos previdenciários realizados em seus contra-cheques durante o período de contribuição que antecedeu à reforma?

Não há necessidade de ressarcimento,

pois os atuais servidores - excluindo os que já têm direito adquirido para se aposentar pelas regras atuais - terão seu benefício calculado pela média das contribuições feitas ao sistema.

Como funcionará o regime de previdência complementar para os servidores públicos? Após a reforma, o diplomata poderá ter a liberdade de contribuir exclusivamente para um plano de previdência complementar?

É importante esclarecer que a adesão aos regimes próprios de previdência dos servidores é e conti-

nuará sendo obrigatória. Será facultativa a adesão aos fundos de previdência complementar, quando esses forem criados. Esses fundos serão fechados, sem fins lucrativos e administrados paritariamente por servidores e governos.

A carreira de diplomata tem muitas semelhanças com a carreira militar. Dadas essas condições, não é plausível que, no bojo do tratamento da Reforma da Previdência, os diplomatas e os militares recebam tratamento compatível?

O governo decidiu, ainda em janeiro, que apenas os militares, por motivos muito específicos, manteriam um regime próprio de



O ministro Ricardo Berzoini, ex-deputado e ex-sindicalista, tem encontrado dificuldades no processo de negociação com os sindicatos de servidores públicos

previdência, ma não estariam fora da reforma. Há mudanças em estudo no governo que deverão ser enviadas ao Congresso Nacional em breve. Além disso, no atual texto constitucional, a previdência dos diplomatas é tratada no artigo 40, assim como os demais servidores, o que não ocorre com os militares, que estão no artigo 142.

Um diplomata possui um nível de qualificação profissional que lhe habilita a receber um salário superior na iniciativa priva-

da. No entanto, ele escolheu o serviço público em função da estabilidade e do regime de aposentadoria. O senhor considera justo retirar esses direitos de um servidor que entrou no serviço público em função de uma expectativa de direitos como, por exemplo, a aposentadoria com salário integral?

Como a própria pergunta já afirma, os servidores que não reúnem todas as condições para se aposentar pelas regras atuais têm expectativa de direito. Portanto, a proposta de reforma da Previdência não está tirando

direitos dos servidores, mas criando normas que permitirão um maior equilíbrio do sistema e, conseqüentemente, maior justiça social na aplicação dos recursos públicos. Há hoje milhares de brasileiros que não têm acesso a direitos básicos, como saúde, alimentação, educação e habitação. Foi pensando nessa parcela da população, excluída de direitos básicos, que chegamos a essa proposta de reforma. No ano passado, por exemplo, a União destinou R\$ 22 bilhões para cobrir as despesas com aposentadorias e pensões dos servidores. Isso é quase o Orçamento da saú-

de, que é de R\$ 27 bilhões. Não há na proposta intenção de punir os servidores, que merecem da sociedade e do atual governo todo o respeito. Quando propomos o cálculo do benefício pela média da contribuição dos servidores estamos seguindo a lógica atuarial, a mesma que é aplicada nos benefícios dos trabalhadores filiados ao INSS.

Se o projeto do governo for aprovado, as novas regras afastarão da carreira diplomática e do serviço público em geral parte da

> melhor intelligentsia brasileira. Como o senhor avalia esse cenário?

Eu não acredito que esse cenário vá se confirmar. O que temos verificado é que os concursos públicos continuam sendo disputados. Ao esco-Iher uma carreira, as pessoas não olham para o regime de aposentadoria, mas também consideram suas vocações, a remuneração durante a vida ativa e outros aspectos, como a estabilidade, que continua sendo o maior atrativo para o ingresso no serviço público.

"A proposta da
Reforma da
Previdência não está
tirando direitos dos
servidores, mas
criando normas que
permitirão um maior
equilíbrio do sistema e,
conseqüentemente,
maior justiça social na
aplicação dos recursos
públicos", afirma o
ministro da
Previdência.

Uma pessoa que já tenha quinze anos de serviço público – carreira diplomática - ao se aposentar por tempo de serviço (35 anos) serão computados os quinze anos pelo "antigo sistema?"

Isso dependerá da data da aquisição do direito, ou seja, do cumprimento das regras para a aposentadoria. Se o cumprimento se der antes da reforma, serão aplicadas as regras atuais. Se o cumprimento se der após a reforma, serão aplicadas as novas regras. O que prova, efetivamente, que o governo preserva o direito adquirido na proposta que enviou ao Congresso.

A propósito da Reforma da Previdência

O Boletim Informativo do Ministério das Relações Exteriores reproduziu, em fevereiro último, mensagem do ministro da Previdência Ricardo Berzoini dirigida aos servidores públicos, na qual ele reafirmava declarações anteriores no sentido de que a reforma respeitará os direitos adquiridos e será objeto de "diálogo permanente com toda a sociedade, com transparência no processo de decisão". Recebida com satisfação, a afirmativa poderia ser desnecessária, não houvesse tantos exemplos de descumprimento pelo Estado da norma constitucional.

Boa notícia esta, no momento em que alguns comentaristas mal-informados acusam a Previdência do serviço público federal de manter privilégios indevidos, e culpam os servidores por antigos desacertos dos nossos governantes.

Histórico

Na verdade, é preciso recorrer à História, com um mínimo de objetividade, para entender como se formou a situação que hoje criticamos. Vale lembrar que a jubilação dos funcionários públicos, ou seja, sua honrosa aposentação por limite de idade, só em 1934 foi instituída constitucionalmente, com a garantia dos "proventos integrais", a cargo do Tesouro. Já a aposentadoria voluntária, após um determinado tempo de serviço e com proventos proporcionais, só existe desde 1946.

Por outro lado, o conceito de "déficit da previdência" precisa ser considerado com mais rigor. De fato, não se contabilizou o valor das contribuições que o Estado deixou de creditar, durante mais de meio século, no fundo previdenciário inexistente até a década de 1990. Na verdade, a União tem hoje o seu orçamento vitimado por seus próprios erros e inconseqüência. Em artigo publicado em O Glo-



bo, em 13 de fevereiro, o ministro Berzoini reconheceu o fato que os comen-tários da imprensa insistiam em ignorar: era preciso incluir, no cálculo desse *déficit*, a dívida da União, relativa a suas contribuições não pagas.

Criado em 1938, o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (Ipase) sobreveio em 1941 à instituição do respectivo "regime de benefícios de família". Com ele ficou instituída a contribuição de 5%, descontada mensalmente dos vencimentos. Tratava-se, portanto, da pensão devida às viúvas, não do custeio dos proventos da aposentadoria. Em 1985, esse porcentual passaria a 6% da remuneração.

Mas, por que a inexistência de uma contribuição dos servidores para a sua aposentadoria? Por generosidade do governo? Não: se os 8% adotados na Previdência do setor privado fossem cobrados também aos servidores públicos, o Estado deveria contribuir com seus 8%, e mais 8% na qualidade de empregador - portanto, com 16%. Optou-se, assim, por fazer o Tesouro Nacional responder inteiramente pela aposentadoria dos servidores da União, um caminho mais fácil no curto prazo, embora comprometesse a viabilidade futura do sistema.

Membros de carreira típica e exclusiva de Estado, à qual por definição dedicam sua vida profissional, os diplomatas serão afetados pelas decisões tomadas sobre a reforma. Assim, seria lamentável se essas decisões tomassem como base equívocos e "culpas" inexistentes. Lamentável seria, também, que outras carreiras típicas de Estado fossem privilegiadas e os diplomatas esquecidos.

O montepio dos funcionários do Ministério da Fazenda data de 31 de outubro de 1890, e foi estendido aos funcionários do MRE em 28 de novembro daquele ano, estendendo-se mais tarde, na presidência Artur Bernardes (1922-6), a todos os funcionários públicos federais, civis e militares. Tratava-se porém de um sistema de pensões, e não de aposentadoria.

Ao longo dessa história acidentada, muitos erros foram cometidos e dizer que a

"Se há um responsável

pela situação constrange-

dora da Previdência é o

Estado. Mas o Estado é

uma projeção da

sociedade. Por isso

devemos ser eleitores

conscientes e, entre as

eleições, precisamos

acompanhar criticamente

as decisões

governamentais."

tônica desse processo foi a imprevidência é mais do que um simples trocadilho. De fato, a previdência do setor privado, como a do setor público, foi sendo construída gradualmente, sob iniunções políticas e sem uma perspectiva de longo prazo. Isto aconteceu especialmente no setor público, onde nunca se adotou uma abordagem atuarial consistente, com a manutenção de fundo que crescesse, aplicado lucrativamente, para atender à futura demanda de recursos. Ao contrário,

parte desses recursos foram apropriados pelo Estado, visando fins imediatos, em dívidas vultosas depois autoperdoadas pela União.

Desgastes do sistema

A falta de visão sistêmica foi agravada pela mutabilidade da direção política. Leis e regulamentos se sucediam, e quase todos os ministros responsáveis ficaram pouco tempo no cargo: nos 28 anos transcorridos de 1974 até o fim do governo FHC, em dezembro de 2002, tivemos 17 ministros da Previdência, com uma gestão média de menos de 20 meses - na verdade, cinco deles permaneceram no cargo por menos de um ano. Outro desgaste do sistema previdenciário foi a longa

inflação brasileira. Com efeito, não é fácil a convivência da inflação elevada com qualquer procedimento atuarial.

Até a desejada Reforma da Previdência, muita água vai passar debaixo da ponte, e será preciso deixar claro que a razão fundamental dessa reforma tem caráter de force majeure: a inviabilidade do sistema como ele existe. Embora levem em conta essa circunstância, os servidores públicos, os diplomatas entre eles, devem lutar

por seus direitos, procuran-

do preservá-los em toda a medida do possível.

Privilégios?

Exemplo é a alegação de "tratamento privilegiado" dos servidores que se aposentam com a última remuneração na ativa, quando no Regime Geral do INSS o aposentado recebe hoje, no máximo, R\$1.561,56 mensais. Falta explicar que o desconto do servidor na ativa é aplicado sobre a totalidade do que recebe, enquanto o desconto do aposentado pelo INSS tem um teto igual ao

provento máximo que vai receber, ou seia, é calculado sobre o valor máximo de R\$1.561.56.

Se há um responsável pela situação constrangedora da Previdência é o Estado. Mas o Estado é uma projeção da sociedade e o que ele fez ou deixou de fazer fomos nós que o quisemos. A responsabilidade final pelos erros dos governantes acaba recaindo sobre os ombros dos cidadãos e por isso devemos ser eleitores conscientes e, entre as eleições, precisamos acompanhar criticamente as decisões governamentais.

> A íntegra do artigo pode ser lida na página da ADB, na internet.

> > Sérgio Bath

ADB oferece bolsa Celso Terra para estudantes carentes

A Associação dos Diplomas Brasileiros (ADB) decidiu instituir, a partir de agosto próximo, a "Bolsa de Estudos Secretário Celso Ortega Terra", em homenagem a esse diplomata, falecido em 1967, no Haiti. O secretário faleceu aos 24 anos de idade, quando, em ato heróico, tentou salvar a vida de uma senhora que se afogava em uma enchente na cidade de Porto Príncipe.

A bolsa será concedida em estreita colaboração com o Instituto Rio Branco (IRBr) e tem como objetivo subsidiar os estudos de ingresso à carreira diplomática de candidatos em situação sócioeconômica menos privilegiada. Sua duração será indefinida e vai beneficiar, anualmente, um candidato.

Da seleção dos bolsistas

Poderão pleitear a bolsa os candidatos aprovados no teste pré-seleção da primeira fase do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, promovido pelo Instituto. O candidato deverá ter cursado o primeiro e o segundo graus em escolas públicas ou ser beneficiário de bolsas de estudos em escolas particulares. A seleção será feita pela análise dos currículos e da situação sócioeconômica dos candidatos.

Do valor da bolsa

A bolsa terá valor equivalente ao das bolsas de estudos concedidas pelo Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco. A quantia será depositada até o quinto dia útil de cada mês na conta do candidato escolhido.

Da duração da bolsa

A bolsa terá início no mês da conclusão da seleção dos candidatos (idealmente



Secretário Celso Ortega, falecido em 1967, no Haiti.

agosto) do ano em que o candidato foi aprovado no TPS e durará até o mês de realização TPS do ano seguinte, podendo ser prorrogada até a fase final do concurso, caso o bolsista atinja essa etapa do concurso.

Da inscrição

Os interessados deverão dirigir-se à ADB para proceder à inscrição. Os formulários de inscrição deverão ser entregues na Associação, para os candidatos do Distrito Federal, e por correio, para aqueles de outros estados.

Da comprovação da utilização da bolsa

O candidato escolhido deverá enviar mensalmente à ADB comprovantes da utilização da bolsa, tais como recibos de cursos de preparação ao exame do Rio Branco, de professores particulares, de locação de imóvel residencial ou outros documentos que venham a ser aceitos pela Associação. A ausência, não justificada, por dois meses da remessa de comprovantes significará a desistência da bolsa e seu imediato cancelamento.

Observações finais

O candidato escolhido será convidado a contribuir com a ADB para uma reflexão sobre o papel do diplomata na construção de uma sociedade de justiça e de paz.



Embaixador Wladimir Murtinho Patrimônio humano. Patrimônio artístico.

O Itamaraty Iamentou a partida, em janeiro último, do embaixador Wladimir do Amaral Murtinho, precedida, em apenas alguns meses, da perda de sua querida Tuni.

Por onde passou, o embaixador Murtinho imprimiu o tom do equilíbrio, preservando a tradição e abrindo espaço para o novo.

Suas qualidades ficarão para sempre associadas aos postos em que serviu - como a chefia da embaixada em Copenhague -, à direção do Instituto Rio Branco e à colaboração que, já aposentado, prestava ao Ministério da Cultura. Seu último legado foi a contribuição para a exposição "JK uma aventura estética", inaugurada no Centro Cultural da Caixa Econômica Federal, logo após o seu falecimento.

Palácio do Itamaraty

Não surpreende que seu nome designe o auditório do Palácio Itamaraty, uma das salas de exposições do Museu Histórico Nacional e a praça a ser construída junto ao futuro Museu da República.

Inegavelmente, o principal marco de sua carreira consistiu na decisiva atuação no processo de transferência do Ministério do Rio de Janeiro para Brasília e na formação do patrimônio artístico do Itamaraty da nova capital. Com incansável dedicação e refinado senso estético, participou de cada momento da concepção do Palácio Itamaraty, do projeto arquitetônico ao minucioso acompanhamento da construção, da acurada seleção do mobiliário e do acervo à inauguração do Palácio em 1967, com a visita do príncipe herdeiro do Japão.

Sua fantástica percepção de unicidade e harmonia levou-o a buscar sempre o

melhor. O resultado, todos sabemos, está no reconhecimento, nacional e internacional, do Itamaraty como palácio-museu, notabilizado pela excelência e pelo diálogo estético de todos os seus elementos.

Importante recordar sua entrevista publicada, em 1998, no Boletim da ADB de número 37, sob o título "Construindo o Itamaraty".

A tônica da brasilidade animava as nossas artes no período de criação e edificação do Palácio. "O Itamaraty daqui era uma prova de nacionalismo, dando destaque a tudo o que era brasileiro", assinalou.

O entrosamento com Oscar Niemeyer dá ao embaixador Murtinho o mérito adicional de ter colocado a arquitetura a serviço das atividades que deveriam ser desenvolvidas na rotina de trabalho do Ministério. O diplomata identificou os objetivos práticos a serem contemplados no projeto, munindo o arquiteto com sugestões sempre acatadas.

Parceria com Niemeyer

"O prédio foi pensado - estou falando do miolo - pelo embaixador Mozart Gurgel Valente e por mim. Fizemos um projeto no qual explicávamos como funciona o Ministério. Este texto foi perdido e, por isso, não saía o novo anteprojeto do Itamaraty. Como resultado, fiquei ao pé do Oscar Niemeyer dizendo "esta porta tem que ser assim", "esta passagem deve ser deste modo", "o Ministério tem que ser assim", etc. "Graças a isto, foi possível chegar a um projeto nas nossas especificações, que são muito particulares. O Niemeyer não teria tido paciência de ler nosso projeto e ainda o havia perdido".

Triunvirato de notáveis

"Além do próprio Niemeyer, havia um verdadeiro triunvirato no trabalho de construção do Ministério: em primeiro lugar, o Olavo Redig de Campos; o Milton Ramos, arquiteto extraordinário que desenvolveu tudo (esquadrias, tamanhos, cores, etc.) e o Athos Bulção.

Essas três pessoas foram fundamentais na

concepção, na arrumação, na decoração interna e no dimensionamento de tudo. Eu interuma veniência, qual seja, além de acompanhar os trabalhos durante sete anos, a de sugerir um espelho d'água".

O embaixador Murtinho tinha sempre muito presente a noção do todo. "O Palácio é importante porque tudo está pensado. Não há nada que seja deixado ao acaso". Ele lembra que "algumas coisas vieram do Rio, alguns tapetes e móveis. Na época, oitenta por cento foi comprado especialmente para Brasília".

A parede em relevo branco junto ao auditório do Palácio também foi encomendada por ele a Sérgio Camargo, que fez a maquete. "A parede é constituída de caixotes de concreto com apenas três formas. Em três dias, montamos aquela parede inteira. O Camargo só foi ver a sua obra dez anos depois". A chamada capela, em que Volpi retrata

São Francisco e os pássaros, é mais um aporte

do embaixador Murtinho, "Inventamos fazer um afresco verdadeiro - levando seis meses para queimar o gesso- e veio o Volpi que passou três semanas aqui com seu auxiliar, o Décio Vieira".

Meteoro

O mesmo embaixador Murtinho que encomendou o "Meteoro" a Bruno Giorgi é também o responsável pelo marco de fronteira colocado diante da entrada privativa do ministro de Estado e pela "Coroação de Pedro I", de Debret,

recebida de Chateaubriand em doação.

Vida e arte, vida e morte. Nada termina. Tudo segue seu ciclo.

O maior tributo que podemos render à memória do embaixador Wladimir do Amaral Murtinho é preservar o patrimônio artístico que idealizou, tornando o Palácio Itamaraty ponto de referência de Brasília e do Brasil.

Maria Sílvia Barbin Laurindo



Sob a batuta do embaixador Murtinho, o Palácio do Itamaraty foi concebido e construído com as valiosas contribuições de Oscar Niemeyer, Athos Bulcão, Burle Marx, Volpi e outros talentos brasileiros.

Burle Marx

Assim, sua amizade com Roberto Burle Marx, iniciada em 1958, garantiu os três jardins e a tapeçaria da Sala Brasília.

O teto da Sala Bahia foi adquirido pelo próprio embaixador Murtinho. "Achei o teto na casa do Augusto Rodrigues, em Ouro Preto, que era célebre desenhista e antiquário".

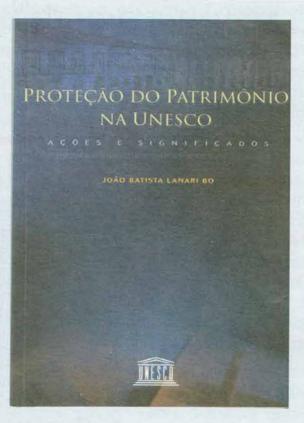
Proteção do patrimônio na Unesco João Batista Lanari Bo

Edições Unesco, Brasil, 186 págs., 2003

Ao refletir sobre o tratamento multilateral da preservação do patrimônio de todas as nações, Lanari Bo chama a atenção para um tema cuja divulgação está ainda aquém de sua relevância. O patrimônio compreende não só bens materiais, produzidos pela sociedade, como também ecossistemas e diversidade biológica. O autor inclui, ainda, o patrimônio intangível, como as tradições orais.

Resultante de trabalho apresentado no CAE do IRBr, a obra constitui estudo rico e abrangente de particular atualidade para o Brasil, neste momento de valorização de nosso pluralismo cultural e da preservação do meio ambiente.

Dois elementos adicionais emprestam à monografia marcado interesse para a política externa: o papel do Itamaraty na coordenação de posições internas para a atuação na esfera multilateral e a identificação do patrimônio cultural como elemento da capacidade de influência brasileira no cenário mundial.



Ayrion Dieguez diegueinolcom br DA TERCEIRA IDADE NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL * UM PEQUENO DICIONARIO 2003

Da terceira idade no serviço público federal Um pequeno dicionário Ayrton Dieguez

Distribuição gratuita, 63 págs., 2003.

O embaixador Ayrton Gil Dieguez fez boa parte de sua carreira na Administração e hoje é advogado na cidade de Campinas. No momento em que Previdência se transformou no assunto de maior evidência no País, ele publica um dicionário com pouco mais de 70 verbetes. A propósito da fábula de La Fontaine, o autor compara a formiga ao funcionário público, que pode terminar seus dias recebendo um tratamento de cigarra.

O autor do dicionário adota sempre a nítida preocupação de defender os direitos dos servidores públicos e, em especial, dos aposentados. Pelo fato de os verbetes serem necessariamente curtos, eles perdem um pouco de substância em suas definições ou narrativa, mas, de um modo geral, o livro fornece bastante food for thought.

Vitória da ADB na Justiça Federal

O juiz substituto da 9ª Vara Federal, Iran Esmeraldo Leite, reconheceu que os diplomatas têm direito ao recebimento das diferenças atrasadas relativas à aplicação do índice de 3,17% sobre os seus salários no período de outubro de 1997 a setembro de 2001. A ação foi motivada pelo fato de que a União concedeu o reajuste de 25,24% - variação acu-

mulada do IPCr sobre o mês de emissão do real - apenas aos militares. O pagamento sobre os atrasados também incide sobre férias, 13º salário e gratificações, com juros e correção monetária.

Essa é a primeira vitória da ADB, que decidiu, em outubro do ano passado, ingressar com uma série de ações na Justiça Federal para requerer direitos trabalhistas da categoria. A sentença judicial, assinada no dia 30 de maio, acolheu parcialmente o pleito da ADB, cuja ação inicial requereu o pagamento re-

troativo a janeiro de 1995. O juiz Esmeraldo Leite considerou que as parcelas atrasadas do período anterior a outubro de 1997 não são devidas, em função da prescrição qüinqüenal.

Porém, esse não é o entendimento do advogado Antônio Torreão Braz, assessor jurídico da ADB: "A tese da prescrição não se aplica a esse caso porque ela foi interrompida, em setembro de 2001, pela Medida Provisória 2.225-45, que determinou o pagamento dos 3,17% a todos servidores públicos federais". Por isso, a ADB pretende recorrer da decisão judicial na 1ª Região do Tribunal Regional Federal. 30 logo

a sentença da 9ª Vara Federal for publicada e o recesso forense acabar.

A Advocacia Geral da União (AGU) tentou derrubar a ação da ADB com os argumentos jurídicos de "ilegitimidade ativa", "ausência de interesse para a obrigação de incorporação dos 3,17%" e "prescrição qüinqüenal". A contestação da AGU, à exceção

do aspecto da prescrição, não foi acolhida pelo juiz federal, que afirmou haver jurisprudência pacífica sobre o pagamento da diferença dos 3,17%. Diante da existência da súmula administrativa sobre o assunto, Torreão Braz avalia que a AGU não deve recorrer da sentença judicial.

O assessor jurídico da ADB calcula que, se for mantida a decisão da 1ª instância da Justiça Federal, os 220 diplomatas que aderiram à ação judicial devem receber entre 15 a 30 mil

reais. Esse valor pode aumentar para 40 mil reais, nos casos dos diplomatas que ocupam funções de DAS. O advogado Torreão Braz explica que os cálculos foram feitos tomando como base os salários dos servidores da carreira de Finanças e Controle do Ministério do Planejamento, que recentemente obtiveram o pagamento da diferença dos 3,17%.

O saldo principal, na opinião do advogado da ADB, não é o valor que os diplomatas deverão receber, mas o aspecto político. Ele entende ainda que a sentença judicial fortalece o espírito associativo e abre as portas para as outras ações da ADB que estão tramitando na Justiça Federal.



Balanço das ações judiciais da ADB

A Justiça Federal, em Brasília, está examinando dez ações judiciais propostas pela ADB em outubro de 2002. A última ação, referente ao reajuste de 28,26% sobre os salários dos diplomatas, foi impetrada em março deste ano.

A ADB está requerendo a aplicação correta de índices de reajustes salariais, a

correção da contribuição sobre diárias e adicionais de férias e o pagamento de gratificações. Segundo o assessor jurídico da Associação dos Diplomatas Brasileiros, o advogado Torreão Braz, os processos encontram-se em fase bastante avançada e é provável que novas sentenças sejam anunciadas no segundo semestre deste ano.

Número do processo	Objeto	Local	Andamento	Última Ação
2002.34.00.32643-7	Reajuste salarial de 3,17%	9ª Vara Federal Justiça Federal (DF)		A ação foi julgada par- cialmente procedente em junho.
2002.34.00.032644-0	GDAD	5ª Vara Federal Justiça Federal (DF)	A AGU pediu vistas ao processo em 26 de maio.	A AGU apresentou peti- ção no final de maio.
2002.34.00.032645-4	Oficio Circular 19	7ª Vara Federal Justiça Federal (DF)		A AGU pediu vistas ao processo em 26 de maio
2002.34.00.032646-8	Decisão do TCU	21ª Vara Federal Justiça Federal (DF)		O processo encontrava- se concluso para sen- tença na primeira se- mana de março.
2002.34.00.032906-2	VPNI	1ª Vara Federal Justiça Federal (DF)	A AGU contestou a ação em janeiro deste ano.	O advogado da ADB apresentou réplica em 5 de junho.
2002.34.00.032907-6	Contribuição sobre diárias e adicionais de férias.	20ª Vara Federal Justiça Federal (DF)		O advogado da ADB respondeu à contesta- ção da AGU na primeira semana de março.
2002.34.00.032908-0	DAS não incorporável	3ª Vara Federal Justiça Federal (DF)		A AGU enviou a sua manifestação sobre a ação em 28 de maio.
2002.34.00.033451-0	GDAD	17ª Vara Federal Justiça Federal (DF)	A AGU foi citada em março.	A AGU pediu vistas ao processo em 10 de abril.
2002.34.00.039723-0	Agravo de Instrumento	1ª Turma do TRF– 1ª Região	Processo foi recebido em 27 de fevereiro.	O despacho foi publicado no dia 20 de março.
2003.34.00.007822-2	Reajuste 28,86%	1ª Vara Federal Justiça Federal (DF)	A inicial foi autuada no dia 18 de março de 2003.	A petição de instrução da inicial foi encami- nhada na última semana de abril.

Toque de clarim

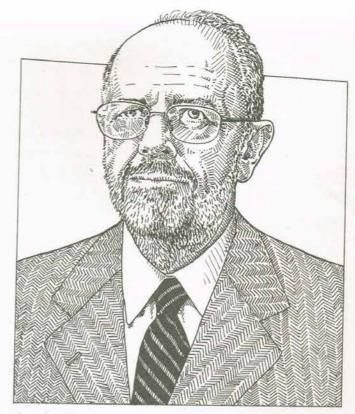
Dias passados, ao tomar posse na cátedra de presidente no Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Maurício Corrêa, assumiu, de fato e de público, uma liderança que já lhe competia de direito. Falou não apenas pelo Judiciário, como chefe de um poder que tem compromisso com a verdade, mas, sobretudo, pela República, em nome do dogma da separação de poderes, cerne fixo de nossas instituições. Em seu discurso inaugural, dissecou as deficiências estruturais gestadas pela Constituição de 1988 na área da Justiça, com o descomunal volume de litígios, que torna a prestação jurisdicional lenta e perversa.

Com elegância na forma e firmeza no conteúdo, diante do presidente da República, convocou todos os presidentes de tribunais de Brasília, em busca de um pensamento homogêneo, para conduzir pessoalmente a interlocução com agentes políticos envolvidos nas reformas constitucionais, em especial a da Previdência Social, que deverá tramitar "sem arranhar o Estado de Direito Democrático que construímos com tanto esforço e sacrifício".

Demolição constitucional

O STF é o guardião da Constituição. Desde 1988, no curto lapso de tempo de quinze anos, nada menos do que 40 emendas já foram incorporadas ao texto constitucional. Maiorias políticas ocasionais vão alterando a Carta Magna ao vento da conveniência. Persistente trabalho de demolição a que vem se dedicando, com singular eficiência, o Executivo, que as propõe e o Legislativo, que as aprova.

Há um traço comum à maioria dos enxertos à "Constituição cidadã". A partir dos anos 90, com o fenômeno da globalização o culto ao mercado e a cantilena neoliberal



da dupla Reagan-Tatcher, implantou-se a falaciosa doutrina do Estado mínimo. Foi o governo Collor que deu início ao processo de desmanche da estrutura do Estado brasileiro mediante escandalosas privatizações, impondo aos servidores públicos o rótulo de marajás, vilões, inimigos da pátria, detentores de odiosos privilégios que urge erradicarem em nome da equidade.

Foi o funcionário público, assim, na última década e meia, alçado à condição de vítima preferencial do saco de maldades dos governantes. Esmeram-se agora, os meios de comunicação, na tarefa de preparar a opinião pública para mais um golpe com a reforma da Previdência, na formatação exigida pelo Fundo Monetário Internacional, em nome do mercado, essa espécie de governo invisível que sempre está atrás do toco e pronto para dar o bote.

Estado mínimo

Pois bem, qual o Estado mínimo? Para que o mercado possa dormir sossegado, exponhase a Nação à rapinagem do capital especulativo e terceirize-se tudo, empurrando os servidores públicos para uma previdência complementar privada e oferecendo aos fundos internacionais, de bandeja, a cobiçada montanha de dinheiro que o Pais arrecada com as contribuições previdencianas.

Ainda que vingasse a tese do Estado mínimo, há um limite que não pode ser ultrapassado, sob pena de o Estado se desfigurar e deixar de ser Estado, um poder dotado de estabilidade, conforme a definição de Maquiavel.

Funções do Estado

De três funções o Estado não pode abrir mão, mesmo que privatize todas as demais,

como quer a sanha do neoliberalismo. A primeira delas é distribuir Justica, conjunto de tarefas desempenhadas por servidores integrantes do Poder Judiciário. A segunda consiste na defesa do próprio território e na preservação de sua soberania, atribuições típicas das Forças Armadas e dos servidores militares que as integram.

Finalmente, a terceira diz respeito à capacidade de decidir e implementar as suas relações internacionais, funções da carreira diplomática, privativas de brasileiros natos, missão do Itamaraty.

Para o desempenho dessas três funções irrenunciáveis, por determinação constitucional e exigência histórica, o Brasil tem desde o fim do Império, um conjunto de servidores especiais peculiares, insubstituíveis, com características próprias e singulares, que são os integrantes das carreiras de Estado: magistrados, militares e diplomatas.

O toque de reunir do presidente do STF mostra que a trincheira é única. No Brasil, a tendência dos governos é interpretar a Constituição conforme as necessidades do

A reforma tem a

formatação do FMI e está

sendo feita em nome do

mercado - essa espécie de

governo invisível que está

sempre pronto para dar o

bote, afirma o ministro

Flávio Bierrenbach

Tesouro, mas o Poder Judiciário não admite que direitos constitucionais possam sofrer alterações pelos altos e baixos do fluxo de caixa.

Direito adquirido

Um dos fundamentos republicanos e democráticos intocáveis, que a Constituição consagra e os tribunais asseguram, é o livre acesso do cidadão ao

Judiciário, seja diante de lesão, seja de ameaça de lesão ao direito adquirido, ao ato julgado perfeito e à coisa julgada. Afinal, ainda há juizes em Brasília.

> Flávio Flores da Cunha Bierrenbach Ministro do Superior Tribunal Militar

Nota da Diretoria

A ADB decidiu publicar o artigo "Toque de Clarim" após autorização de seu autor. O ministro Flávio Flores da Cunha Bierrenbach é ministro do Supremo Tribunal Militar (STM), exdeputado federal, pessoa de reconhecido saber jurídico e pai de uma colega nossa.

Tudo indica que o governo está encaminhando a Reforma da Previdência para uma fórmula que reconhece os direitos dos atuais funcionários, mediante a obrigatoriedade de certos

requisitos que não influem no curso normal da maioria da carreira diplomática. Resta pendente somente a situação dos futuros diplomatas.

Sob pena de parecer que nos preocupavam apenas as perdas financeiras da proposta inicial do governo, cremos que impõe-se continuar a luta pela defesa da Instituição. Só a garantia de segurança na aposentadoria assegura que poderemos manter o melhor da intelligentsia brasileira. A defesa das carreiras de Estado feita pelo ministro Bierrenbach reforça anossa posição.

Diretoria da ADB

Embaixador Luiz Villarinho Pedroso (COR) – Presidente

Conselheira Ana Elisa de Magalhães Padilha Pupo Netto (ISEX) – Diretora Administrativa e Financeira Embaixador Hélcio Tavares Pires (Aposentado) – Diretor de Assuntos Jurídicos Conselheira Maria Sílvia Barbin Laurindo (Cerimonial)) – Diretora Cultural Secretário Milton Rondó Filho (SG)) – Diretor de Assuntos Institucionais Secretária Fernanda Magalhães Lamego (DAC) – Diretora de Comunicações Secretário César Augusto Vermiglio Bonamigo (DIC)) – Diretor de Convênios

Suplentes da Diretoria

Secretária Regina Célia de Oliveira Bittencourt (DTS) Secretário Eduardo Pereira e Ferreira (CDO) Secretário André Luiz Costa de Souza

Conselho Fiscal

Embaixador Sérgio Damasceno Vieira (ISEX) Embaixador Hélcio Tavares Pires (Apos) Conselheiro Igor Kipman (CEMOR)

Secretariado da ADB

Gerente Administrativo: Térsio Arcúrio Consultora: Clara de Assis G. Siqueira Neto

ADB

Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros Ano X – nº 43 Edição Abr/Jul de 2003-08-04 ISSN 0104-8503

Conselho Editorial

Eduardo Pereira e Ferreira Fernanda Magalhães Lamego Luiz Villarinho Pedroso Maria Elisa Berenguer Sérgio Damasceno Vieira Sérgio Fernando Guarischi Bath

Reportagem

Larissa Bortoni Dias Ronaldo de Moura

Editor

Ronaldo de Moura

Jornalista Responsável

Larissa Bortoni Dias (Reg. Prof. 2513/13/13-DF)

Revisora

Joíra Coêlho Furquim

Secretários de Redação

Térsio Arcúrio Clara de Assis G. Siqueira Neto

Programação Visual

Carlos Eduardo Felice Barbeiro

Diagramação

Carlos Eduardo Felice Barbeiro Wagner Ulisses

Bico-de-Pena

Cícero Lopes

Impressão

Charbel Gráfica e Editota Ltda.

Tiragem

1.400 exemplares

